

OS PARLAMENTARES MINEIROS E O USO DOS CANAIS DIGITAIS: UMA COMPARAÇÃO

Thomaz de Castro¹

RESUMO

As diversas tecnologias de informação e comunicação (TICs) compõem um conjunto de canais de diálogo e troca de informações entre a sociedade civil e seus representantes. Contudo, os parlamentares encontram incentivos para se apropriar de formas distintas das TICs, a partir de variáveis diversas como sexo, idade, escolaridade, etc.

O trabalho a seguir estuda o perfil de apropriação das TICs pelos representantes do povo mineiro em duas casas legislativas: a Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) e a Câmara dos Deputados Federais. A partir de breve revisão teórica e da análise de dados do DCP-UFMG sobre presença e interação de deputados federais e da ALMG em redes sociais, foram encontrados incentivos semelhantes e distintos entre as duas casas para o uso de tais tecnologias; empiricamente, constatou-se que na média os parlamentares do nível nacional superam os estaduais em termos de apropriação das TICs.

PALAVRAS-CHAVE: Governo Eletrônico, ALMG, Câmara dos Deputados, TICs.

Minas Gerais parliamentarians and their use of social media: a comparison

ABSTRACT

The several information and communication technologies (ICTs) are a group of dialogue means and information exchange between the society and their representatives. However, the parliamentarians find many incentives to use the ICTs in different ways due aspects as sex, age, scholarship, etc.

The following analyses ICTs appropriation by members of both the Legislative Assembly of Minas Gerais (LAMG) and the representatives of Minas Gerais people on the Brazilian Deputies Chamber. By working on some literature and statistical data about usage of social media by federal and local incumbents, similitudes and differences between the ICTs usage by the parliamentarians on the two houses were found; empirically it was found the upper level uses more the ICTs than de lower.

KEYWORDS: E-Government, LAMG, Brazilian Deputies Chamber, ICTs.

¹ "Thomaz de Castro é Mestre em Ciência Política pela UFMG. Bacharel em Ciências Sociais pela UFMG e em Relações Internacionais pelo Centro Universitário de Belo Horizonte.
E-mail: thomazdecastro@terra.com.br"

INTRODUÇÃO AO TEMA

A globalização é um fenômeno bastante associado ao potencial da informática e das telecomunicações enquanto instrumentos de trocas de informação pelo mundo. Desde o lançamento da ARPAnet – o projeto experimental que antecede a internet – em 1967 (GLENWRIGHT, 2001) até o advento da chamada web 2.0, o que se vem experimentando são transformações nas relações humanas que agregaram os instrumentos digitais ao cotidiano e à comunicação rotineira, gerando um fenômeno dinâmico e progressivo que pode ser percebido pela demanda cada vez maior por espaço na rede e de dependência do homem para com a rede também cada vez maior.

Com seus espaços de comunicação e de informação amplos, tais tecnologias baseadas na internet trazem consigo um potencial bastante peculiar de profusão de ‘vozes’ e disseminação de conteúdo, sendo virtualmente um dos meios de comunicação mais ‘democráticos’ (no sentido da possibilidade de qualquer usuário usá-la para se expressar e partilhar conteúdo de forma livre, independente de sua classe social, cor, sexo, etc.). Por esse princípio, é natural que seja deduzida uma capacidade de estabelecimento de canais de participação política de tamanho relevante, e que permitiria entender também que o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação seria catalisador da expansão da cidadania, dos debates e do diálogo entre as classes políticas e as sociedades civis dos países democráticos.

Nesse ínterim, o potencial da internet e das tecnologias de informação e comunicação (TICs) de promoção da participação, da publicização, da deliberação e mesmo da prestação de contas do governo para com a sociedade, configura um objeto de estudos bastante contemporâneo para a ciência política. A primeira discussão teórica promovida por este trabalho está em sua primeira seção, ‘Sobre o Governo Eletrônico’. Ao longo de páginas dedicadas a ele, são discutidos os pensamentos de autores que buscam a apreensão dos princípios e dos resultados das interações políticas entre a classe política e os cidadãos, conferindo potencial de geração de transparência, publicidade, deliberação, etc. às TICs, que tentariam eventualmente propor novos prismas de trato da questão contemporânea da perda de representatividade.

A seção posterior trata de outras questões igualmente problemáticas, mas cujo foco é encontrar alguns incentivos à não apropriação de TICs. Um conjunto bibliográfico que reúne temáticas como pobreza, cidadania, governança e cultura política no Brasil, é

mobilizado para esse fim.

A terceira parte deste artigo se encarrega de apresentar a outra faceta teórica deste trabalho e se apropria de literatura que discute o comportamento parlamentar nos dois níveis, tanto o federal quanto o estadual. Ao longo da revisão teórica desta parte, são encontradas características da ação parlamentar dos dois níveis que podem demarcar incentivos à apropriação ou a recusa às TICs, o que possibilitou a construção de algumas hipóteses para a parte seguinte deste texto.

A última parte deste trabalho se encarrega da comparação de dados de acesso entre os 77 deputados estaduais e os 52 federais mineiros pesquisados. Foram analisadas a presença de cada um desses deputados nas TICs quanto aos critérios de disposição de site pessoal e blogs próprios, e de presença em redes sociais: perfil e/ou página de Facebook, conta de Twitter e canal de YouTube. As homepages oficiais e os blogs são alguns dos meios mais tradicionais e antigos de comunicação e exposição de conteúdo via web; já as redes sociais em questão são bastante contemporâneas e as em pesquisadas em questão são algumas das mais populares em meio aos usuários brasileiros de internet e também possuem caracteres específicos: o Twitter opera como microblog e comunicação mais breve, com disseminação de hashtags; o Facebook possibilita maiores textos e trocas de links e imagens, além de ter duas formas diferentes de uso – perfil ou página; e o YouTube, por fim, é dedicado a vídeos online que podem ser assistidos gratuitamente. Ao passo que o Facebook e o YouTube são respectivamente a primeira e a segunda rede social mais acessada no Brasil, de acordo com o Serasa Experian, o Twitter é talvez a mais estudada em trabalhos da área.

1. SOBRE O GOVERNO ELETRÔNICO

Com o advento das TICs e a progressiva ampliação do potencial comunicativo de tais tecnologias (via passagem das chamadas ‘web 1.0’ para ‘2.0’ e assim sucessivamente), a aposta de parte substancial dos estudiosos em democracia digital é de que se abre uma janela de oportunidades para a alteração no padrão de relação entre governo e sociedade, na era das democracias representativas. É possível conceber que as TICs deem conta de transformar questões atuais do exercício da representação nos Estados democráticos contemporâneos, como as que configuram o que Bimber et al (2009) chamam de ‘patologia da participação’, tais como abstencionismo eleitoral, mobilização social reduzida, e redução da força e atuação política de sindicatos, entre outros, que atingem democracias de forma generalizada pelo globo; tais cenários produzem déficit de

representação, perda de confiança dos representados nas instituições políticas e partidárias, e a própria sensação de o cidadão não estar devidamente representado no jogo político.

A patologia encaminha a perda da legitimidade do sistema político como um todo e rema na contramão da representação, mas as TICs podem carregar o potencial de fortalecimento a representação face às dificuldades apresentadas por Bimber et al (2009). Uma vasta corrente de pensadores atribui a estas tecnologias a capacidade de “(...) transformar de modo significativo as relações sociais e políticas, possibilitando maior fluxo de informação, reforçando laços comunitários, revigorando a participação do cidadão e gerando, com isso, novas formas de relação com o poder.” (SILVA, 2005, pp: 452).

José Antônio de Gomes Pinho (2008), num estudo sobre páginas oficiais de instâncias de governo no Brasil, atesta que as tecnologias de comunicação baseadas na internet “(...) têm se espalhado pelo setor governamental por meio do que se chama (...) governo eletrônico, representado pela informatização de suas atividades internas e pela comunicação com o público externo” (PINHO, 2008, pp:473), e por meio das TICs, “os governos mostram sua identidade, seus propósitos, suas realizações, possibilitam a concentração e a disponibilização de serviços e informações, o que facilita (...) o acesso à identificação das necessidades dos cidadãos.” (Idem). Contudo, os objetivos do governo eletrônico não se restringem à mera informatização da vida política, incluindo objetivos como aumento da transparência das ações governamentais – via *accountability*, incluindo responsabilização dos governantes –, e maior participação da sociedade nos assuntos e decisões públicas, quebrando o ‘desenho autoritário’ da arquitetura do sistema, gerando cultura participativa e reduzindo o alcance da cooptação e dos particularismos no exercício da representação.

Logo, para Pinho (2008), o governo eletrônico tem como finalidade a geração de transparência política (principalmente na forma de *accountability*) e aumento da interação dialógica do governo com os cidadãos, potencialmente dividindo poderes de decisão em detrimento da ‘supremacia’ da classe política. No que toca as possibilidades de construção de um cenário de democracia pela existência do governo, Sivaldo Pereira da Silva (2005) estabelece um quadro baseado no trabalho de Wilson Gomes (2004, apud SILVA, 2005), que confere diferentes graus de participação e democracia por TICs, mencionados em ordem de profundidade da democratização e exercício de representação por essas tecnologias.

O primeiro grau de democracia digital é caracterizado pela ênfase na disponibilidade de informações sobre o governo e oferecimento e prestação de serviços públicos; o segundo grau se descreve pela apropriação de TICs pelo governo como ferramenta para a obtenção de conhecimento a respeito da opinião pública e consequente uso dessas informações na decisão política. O terceiro grau desse modelo contempla o exercício da *accountability*, conceito que pode ser entendido como uma forma mais transparente de publicidade de informações governamentais que visa criar um espaço de intervenção à sociedade civil nos assuntos públicos, gerando e fortalecendo a cidadania; o quarto grau abarca mecanismos de participação e discussão típicos da democracia deliberativa, onde sociedade e governo entram em acordo para a tomada de decisões públicas; já o quinto e mais extremo grau de democracia digital utilizaria das TICs para o exercício da democracia direta, suplantando a necessidade do próprio governo e transferindo toda a decisão coletiva para a esfera civil (SILVA, 2005, pp: 454 – 457).

Em obra posterior, Sivaldo Silva (2011) propõe um conceito de Estado democrático de direito que possui um conjunto de obrigações a exercer com seus cidadãos, com vistas a expandir o horizonte democrático no meio digital. O autor aponta três exigências: deve-se aumentar a transparência do Estado (princípio da publicidade), ampliar o diálogo com os cidadãos (responsividade) e fazer tolerar maior penetração da opinião pública na condução do governo (porosidade), pluralizando a governança. Nos canais governamentais digitais, esse tripé de princípios deve servir como norteador, uma vez que eles possam se prestar à construção de um ambiente político “(...) mais transparente, accountable, dialógico, legítimo, plural, suscetível às demandas do cidadão (...)” (SILVA, 2011, pp:125).

Conduzindo uma discussão de linha parecida, Marcus Abílio Pereira (2012) lida com certos autores para discutir as expectativas de as TICs comporem parte da linha de frente no combate à crise da representação. Começando com o trabalho de Thomas Zittel (2003), levantam-se as ideias de que as TICs alteram os custos de transação entre governo e sociedade, fazendo iniciar aí duas novas formas de representação: o modelo ‘tecnológico’, que faz superar a mediação partidária e deixa mais direta a relação entre representantes e representados; ou o tipo ‘constitucional’, onde as ferramentas digitais não só acabam por negar essa aproximação individual do parlamentar com seus eleitores, como também fazem fortalecer a figura dos partidos. Aqui, a proposta analítica de Zittel (2003) é a de que os sistemas eleitorais majoritários, como o dos EUA, tendem a incentivar a ‘representação tecnológica’, ao passo que os sistemas parlamentaristas e de

representação proporcional tendem por sua vez a encaminhar para o modelo ‘constitucional’ – e os exemplos seria um grupo de países como Alemanha e Brasil (PEREIRA, 2012, pp:7).

Outro autor estudado no texto é Philip Norton (2007), que segue passos de Zittel e propõe um quadro analítico com variações categóricas da representação na contemporaneidade. O tipo ‘tradicional’ de representação faz referência aos casos onde os parlamentares, com vistas à manutenção do status quo político, rejeitam as TICs para se comunicar com seus cidadãos. A representação do escopo ‘partidário’ inclui a adesão às TICs, porém estrategicamente direcionada para fortalecer os partidos e com uma proposta de comunicação unidirecional, em que o cidadão é apenas um passivo receptor de mensagens dos partidos, sem capacidade de resposta. Já o modelo ‘representativo’ visa a apropriação da internet por parlamentares, de forma individual e autônoma em relação ao partido, para contato direto com os cidadãos, que possuem posição meramente reativa. Por fim, a variante de ‘delegação’ coloca o parlamentar na posição de porta-voz dos cidadãos, onde as TICs são espaço para diálogos e mesmo para inferência do cidadão na decisão política (PEREIRA, 2012, pp:6-7).

Quanto aos conceitos de deliberação e *accountability*, Pereira (2012) evoca os trabalhos de Coleman e Blumler (2009). É estabelecido que os dois conceitos mencionados sejam fundamentais para a compreensão da representação política contemporânea, que não se restringe ao modelo representativo contratual (caracterizado pela restrição da interação entre representantes e representados a apenas o período eleitoral); no lugar desse tipo mais tradicional, a ‘representação permanente’ da atualidade é marcada pela constante interação entre governo e sociedade e pelo caráter deliberativo do processo – que inclui formação conjunta de percepções, argumentos e mesmo tomada de decisões. E em Coleman (2005) está a aspiração de transparência, interatividade e continuidade do processo de *accountability* na vigência da representação permanente, havendo explicação das ações políticas – não restrita ao período eleitoral – e deliberação em seu torno (PEREIRA, 2012, pp:9).

A internet traz para o modelo de Coleman e Blumler (2009) o elemento da conectividade, também fundamental para a concepção de representação proposta no trabalho destes dois autores. Significando a contínua relação entre cidadãos e políticos, a ‘representação conectada’ se descreve por quatro aspectos básicos (PEREIRA, 2012, pp:10), assim compreendidos: a proximidade, que garanta ao representante a capacidade de se comunicar mais diretamente com o cidadão; a mutualidade, que estabeleça

dialogicidade e colaboração entre os ‘conectados’ pela representação; a coerência, que empodere o parlamentar da capacidade de articular interesses e preferências que emergem da sociedade; e empatia, fruto da aproximação pessoal entre representante e representado, que permite uma identidade conjunta e um melhor exercício da representação.

O último dos textos discutidos por Pereira (2012) é o de Martin Karlsson (2011), que se debruça sobre o conceito de interatividade como propriedade do governo eletrônico e do exercício da representação. Entendendo que tal conceito faça referência à prática de interação ágil entre os políticos e seus eleitores acerca dos temas concernentes ao exercício da representação, Karlsson (2011, apud PEREIRA, 2012) demarca três funções estratégicas básicas para a interatividade: a *accountability*, com concatenação das perspectivas de representantes e representados e também justificação das ações políticas, com livre posicionamento do representado; a consulta, em que a interatividade agregue mecanismos dialógicos de inferência das ideias dos representados na decisão tomada pela classe política; e a conectividade, que descreva a presença de um aspecto de confiança e proximidade pessoal entre eleitores e parlamentares, através dos vínculos das redes comuns (PEREIRA, 2012, pp:11-12).

Em outro trabalho, Pereira (2011) estuda as atividades dos movimentos sociais na internet e faz um apelo ao papel fundamental da circulação livre da informação pública aos indivíduos, com o intuito de fazer valer a governança participativa e de gerar capacidade da sociedade civil de “(...) reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, (...)” (PEREIRA, 2011, pp:5). Informação, nessa linha, é a um só tempo recurso e fator de vantagem, podendo inclusive determinar relações de poder numa sociedade democrática, de acordo com o critério de sua dotação. Para esse autor, a sofisticação do uso da informação é um fator igualmente basilar para um governo mais participativo, e o “(...) reconhecimento de que sua ampliação poderia levar a um nível mais elevado de conhecimento por parte dos cidadãos (...)” (PEREIRA, 2011, pp:6) serve de apelo para políticas públicas que visem expandir o acesso aos cidadãos, ainda que para o bastante específico fim de ampliar a governança e o civismo pelas TICs.

Toda essa discussão, promovida por estudiosos do grande tema do governo eletrônico, lança argumentos e expectativas em torno dos benefícios que as tecnologias baseadas na internet podem oferecer para um aprimoramento da relação entre governo e sociedade. Contudo, já antecipa também a problemática da crise de representação que é

atribuída à política na atualidade, e isto pode ser entendido como apenas um entre vários desafios que a internet tem pela frente para realizar o seu potencial político e as almeçadas transformações na relação entre representantes e representados.

2. DESAFIOS DA POLÍTICA NA INTERNET E O QUADRO BRASILEIRO

O segundo tema a ser discutido neste trabalho é justamente o dos problemas que possam minar a eficácia da internet para fins de aproximação entre cidadãos e a classe política. E para tal, uma discussão sobre a desigualdade da capacidade de uso das TICs é ponto de partida oportuno quando se estuda tais tecnologias num contexto de país emergente.

O acesso à internet representa custos financeiros tanto aos governos quanto aos cidadãos. Oferecida por empresas privadas, a conexão à internet é um produto no mercado, e como tal, depende de recursos do usuário para que ela esteja disponível a ele. Como o fornecimento de conexão é via-de-regra um serviço pago pelo usuário (as exceções são as redes Wi-Fi abertas em praças e ruas, e outras poucas políticas públicas de expansão do acesso), e mesmo os aparelhos como computadores, tablets e smartphones, que permitem navegação na rede, também representam custos ao consumidor, de entrada se apresenta uma das causas primárias das diferenças de uso da internet.

Diferentes clivagens de poder aquisitivo encaminham inevitavelmente para diferentes apropriações individuais da internet e das TICs. O fator dinheiro representa para o cidadão um obstáculo potencial à aquisição do equipamento e de planos de provimento de internet. Segundo Laderchi et al (2003), a privação financeira é um proxy para outros conceitos de pobreza e para a carência de bem estar; ou seja, a impossibilidade de acesso à internet – e por tabela, da participação e das oportunidades políticas que passam por ela – relacionada a baixas rendas é um entrave à devida apropriação de TICs .

Além, as mesmas variações de capacidade de consumo também já inferem na própria trajetória da educação de cada usuário de internet, fazendo com que o critério financeiro tenha duplo potencial perverso: além de delimitar quem pode adquirir as máquinas e o serviço de internet, restringe também a capacidade de obtenção de boa educação e mesmo de todo o background educacional do indivíduo, também necessários para a devida apropriação das TICs pelos cidadãos.

Pipa Norris (2000) traz à tona as questões de desigualdades reais que se refletem no espaço digital. Nessa linha de argumentação, as disparidades de capacidade geral de

consumo descrevem também diferenças nas capacidades de acesso pelos indivíduos diversos – para a autora, se caracterizam por desequilíbrios reais as distribuições dos recursos de acesso à internet em meio às sociedades e mesmo entre países, e a preocupação é que isso faça gerar o efeito perverso da ampliação de somente a ‘voz’ dos segmentos capazes de utilizar as TICs, em detrimento dos menos favorecidos no fato renda, dos educados e dos grupos tradicionalmente marginalizados (NORRIS, 2000, cap.5, pp:3; cap.4, pp:1). Para além da possibilidade de reproduzir desigualdades, a internet pode ser também espaço de práticas e comportamentos corriqueiros do cidadão diante dos temas da política como um todo, a começar pelo baixo engajamento cívico, que segundo a autora é um quadro comum a sistemas democráticos como um todo, mas é mais grave nos países de democracia mais jovem (NORRIS, 2000, cap.5, pp:4), como o Brasil.

Com argumentos como esse, a autora busca mostrar que a expansão da democracia no espaço digital pode ter efeito de reprodução das desigualdades sociais, econômicas e políticas, além de ‘costumes’ como apatia política e baixo civismo, que caracterizam o ‘ambiente *offline*’. Se Norris (2000) se debruça sobre os estudos que demonstrem os cenários de ineficácia da internet para expandir o horizonte democrático e/ou de agregação de problemas originários do ambiente *offline*, outros autores, como Bourgon (2010), discutem os problemas da sociedade civil que podem ser refletidos nas TICs.

Segundo Jocelyne Bourgon (2010), o ambiente onde se insere o jogo político cresce progressivamente em incertezas e riscos de choques e crises, que revelariam a incapacidade da governança efetiva realizada somente pelo governo. Cidadãos e atores não-governamentais diversos devem ser mobilizados em parceria com o governo; logo, “(...) a flexibilidade e compartilhamento de informação e conhecimento (...)” (BOURGON, 2010, pp:6) entre representantes e representados é fundamental para bons resultados públicos, que representem sucesso nos projetos de ação coletiva e ganhos cívicos. Nesse aspecto, pode-se entender que o avanço do empoderamento cidadão na política não se realizaria plenamente sem iniciativas de difusão de informação, o que faz sugerir que a internet pode ser útil a isso.

Segundo Reis (2004), o cenário brasileiro se cerca de desafios à construção de uma cidadania altamente participativa como a sugerida por Bourgon (2010). Seria bastante alto o alheamento dos cidadãos brasileiros frente aos assuntos ligados à política e às decisões públicas, o que ele relaciona diretamente com a descrição do cenário socioeconômico nacional e que conflui com a proposta teórica de Pippa Norris:

“(...) pesquisas diversas mostram a clara correlação positiva entre o apego à democracia (ou, em geral, a atenção e o interesse pela política e o ânimo participante e cívico) e a escolaridade ou a sofisticação intelectual geral dos eleitores.” (REIS, 2004, pps:400-1).

Em conjunto, esses autores discutem como pode ser desafiador o uso das TICs para o progresso da representação e mesmo para o enriquecimento cívico; como difusão de informação – função bem exercida pelas TICs – é importante para a boa governança; e como o cenário nacional já é por si só desafiador para um bom proveito das tecnologias no sentido do aprofundamento da comunicação entre representantes e representados. Logo, parlamentares podem tomar o contexto de um país emergente, onde existem porções consideráveis de população em situação de carência de recursos e de boa educação e com baixo civismo, como incentivo contrário ao uso de tecnologias de comunicação – uma vez que muitos dos cidadãos brasileiros não terão acesso, e uma parte dos que tem acesso não se interessará em se aproximar de seus parlamentares nem mesmo pelas TICs.

Logo, o próximo passo do trabalho é a discussão do comportamento parlamentar no que toca as especificidades de tipo das casas legislativas em estudo, bem como os diferentes incentivos e padrões que podem marcar as escolhas das linhas de ação de cada deputado – e por extensão, o que leva alguns deputados a optar ou não pelo uso de TICs.

3. SOBRE O COMPORTAMENTO PARLAMENTAR

Toda a discussão sobre o governo eletrônico e seus desafios não são suficientes para uma análise mais ampla da apropriação de TICs por parlamentares: é necessária a compreensão tanto dos padrões de comportamento que tais políticos adotam em seus mandatos, quanto dos possíveis incentivos que os mesmos encontram nessas tecnologias.

Nome importante nos estudos de geografia política e eleitoral no nível federal, Barry Ames (2003) se destaca pelo esforço bastante original de propor uma tipologia que relaciona os aspectos eleitorais de dominância e concentração, derivadas do desempenho em termos de votação municipal do deputado quando candidato. Das análises desse autor emergem boas hipóteses de pesquisa; porém, ainda não há à disposição trabalhos de referência ou dados que permitam relacionar a apropriação de TICs com distribuição espacial de votos. Sendo assim, a contribuição de Barry Ames será aproveitada neste trabalho apenas como referencial teórico, já que a ilustração do comportamento parlamentar federal que ele propõe é bastante inovadora e útil para a compreensão da

apropriação dos canais digitais pelos parlamentares da Câmara, se tomada a variação de incentivos para certos perfis de ação parlamentar como a mesma origem para perfis diferentes de apropriação de TICs.

Na tipologia proposta por Ames (2003, pps:66-72) cabem quatro variações categóricas, que cruzam dominância municipal e distribuição espacial do voto. Daí o autor estabelece seus tipos ideais, e o tipo ‘concentrado-dominante’, de um candidato eleito em peso em apenas um dado município ou pequeno conjunto de municípios e sendo proporcionalmente mais votado nesses locais que seus concorrentes, está associado à imagem dos redutos eleitorais, presença de famílias de tradição política, acordos com caciques locais e política tradicional de empreguismo e clientelismo. Outro caso de deputados eleitos por poucos municípios é o tipo ‘concentrado-compartilhado’, que segundo o autor seria típico de grandes metrópoles e municípios com eleitorado suficientemente grande para fazer, sozinho, eleger vários candidatos, havendo elevada concorrência e sem que haja um de fato dominante no município ou região.

Já entre aqueles casos em que não se verifica concentração de eleitorado em poucos municípios, estão os tipos ‘disperso-dominante’ e ‘disperso-compartilhado’. O primeiro pode ocorrer em caso de acordo com grande número de lideranças locais no período eleitoral, mas descreve principalmente a situação do candidato que tenha em seu currículo o exercício de cargos de administração pública estadual, como por exemplo o de secretário de saúde ou educação, com impacto em regiões diferentes do estado por meio de atividades clientelistas. Contudo, o caso ‘disperso-compartilhado’ ilustra bem os deputados que se elegem por soma de poucos votos num conjunto grande de municípios, muito por conta da costura de coalizões e acordos em vários municípios, geralmente ilustrando setores sociais que possuem demandas específicas e não possuem concentração espacial, como é o caso dos parlamentares da bancada evangélica.

O aspecto da ‘dominância’ faz referência aos deputados que possuem porcentagens muito elevadas da votação geral nos municípios onde possui eleitorado, quando comparados aos demais candidatos do município em questão. Segundo Ames (2003), parlamentares pouco dominantes encontram mais incentivos para serem mais atuantes no mandato e mais responsivo com seus cidadãos – potencialmente justificando o emprego maior de estratégias comunicativas como as TICs. Por outro lado, deputados dominantes tendem em princípio a se preocupar menos em serem tão responsivos, já que o suporte do eleitorado é sólido, agindo também com maior autonomia em relação aos anseios da sociedade. Para o caso das TICs, outro incentivo provável à não-apropriação

por dominantes é o fato de que em princípio esse seja o tipo mais propenso a emergir em localidades mais pobres e de infraestrutura de internet pior, levando em conta que Ames (2003) o associa com coronelismos, típicos do Brasil interiorano – esse será o pressuposto adotado nesse trabalho, ainda que esse entendimento possa ser diferente em autores como Carvalho (2003).

Quanto ao quesito da ‘dispersão’, que alude à distribuição de votos de um deputado em meio a um conjunto de municípios onde possui eleitores, o autor entende que a tendência natural daqueles dispersos que compartilham votos é de buscar ser mais responsivos com seu eleitorado quando adota uma bandeira não-local, como a bancada evangélica; já aqueles que são dispersos e dominantes, tendo grande porcentagem dos votos de vários municípios, poderão se guiar pelo status da dominância e agir mais autonomamente. Porém, em se tratando do uso das tecnologias de informação, acredita-se que, tendo como base a matriz de Ames (2003) para descrever potenciais expressões de comportamento parlamentar, a elevada dispersão potencialmente incentivará um deputado a lançar mão de TICs para se aproximar de um conjunto de cidadãos que o elegeram, mas que se encontram espalhados geograficamente entre vários municípios; já nos casos em que a votação é concentrada, é possível supor que essas tecnologias façam diferença caso o parlamentar deseje se aproximar das sociedades dos poucos municípios onde obteve seus votos, o que pode consolidar a identidade entre representante e representado e fazer com que o cidadão absorva com mais profundidade a ideia de que o deputado em questão ‘pertence’ à região.

Fora o seu modelo de relação entre dominância e dispersão, Ames (2003) descreve o sistema eleitoral brasileiro como que bastante favorável à *accountability* ineficiente, sendo permissivo em excesso ao autorizar coligações entre parlamentares e recomposição de alianças. Ocorrem incentivos ao comportamento individualista, que partem da existência de lista aberta, que desloca poder dos líderes para o deputado individual; os partidos são extremamente fracos para assegurar disciplina e para agregar interesses e produzir programas coerentes de governo. Nesse cenário, ocorre larga personalização da política, que segundo o autor pode encaminhar também questões como a corrupção e o imobilismo de políticas públicas.

A premissa do individualismo no legislativo de Ames é base da vertente ‘distributivista’ dos estudos legislativos, que encontra abrigo também em Mainwaring (1999), para quem o protagonismo do indivíduo é oriundo da fraqueza das instituições e dos partidos, exceto os de esquerda, e em Santos (1999), que critica a conexão eleitoral

entre deputados e cidadãos, visto que os primeiros não dispõem de informação satisfatória e confiável sobre as preferências dos seus eleitores. A abordagem de Ames, caracterizada por particularismos localistas, postula que os parlamentares se focam em conseguir recursos e benefícios para as regiões onde se concentra a maior parte de seu eleitorado, principalmente aqueles deputados de maior dominância nas regiões onde recebeu a maior parte de seus votos. Portanto, dificilmente os deputados focarão seus recursos para regiões onde recebe poucos votos, a não ser que o deputado em questão tenha baixa dominância em seus principais municípios, tenha eleitores pulverizados geograficamente e/ou seja eleito com bandeiras nem tão localistas, como os de bancada religiosa ou ruralista.

Seguindo Ames nas discussões sobre geografia eleitoral e comportamento parlamentar, Nelson Rojas de Carvalho (2003) se apoia e até elogia o modelo daquele autor que cruza dispersão e dominância em quatro variantes, mas critica a premissa de que todo o comportamento parlamentar se volta exclusivamente para as bases eleitorais dos parlamentares, no fenômeno carregado de localismos, regionalismos e particularismos conhecido como ‘pork barrel’ – busca de recursos do nível superior de governo para empenho nos municípios.

A estratégia acima descrita remete à ideia de que os parlamentares são utilitaristas e se voltam apenas para seus eleitores; analogamente, sob essa perspectiva, faz sentido conceber que os deputados privilegiam o contato apenas com suas bases eleitorais, não investindo em uma presença tão aberta e inclusiva a outros cidadãos nas TICs quanto deveria ser, se o padrão de ação desses parlamentares fosse menos localista. Porém, o mesmo localismo pode justificar que o deputado em questão acabe investindo bastante nas TICs, já que o foco num espaço reduzido pode ser a percepção de um campo de disputa mais voraz do que um espaço mais amplo e com eleitorado maior e/ou mais disperso.

Contra o distributivismo de Ames, Carvalho (2003) se ampara também nos estudos de Figueiredo e Limongi (1995) que apontam, dentre vários aspectos, a coesão partidária em plenário (na Câmara) e a estrutura centralizada do processo legislativo, que compõem obstáculos ao comportamento individualista e as aspirações distributivistas que caracterizam o pork barrel. Nesse ponto, o autor faz propor que os partidos e as demais instituições inferem no comportamento parlamentar – e possivelmente inferem na decisão sobre apropriação ou não das TICs, uma vez que sob esse ponto de vista, a decisão por certas formas de ação parlamentar/ apropriação de TICs não é unicamente

individual, mas constrangida e influenciada por outras variáveis institucionais.

A principal contribuição de Carvalho (2003) para este projeto, no entanto, é a busca por correlacionar os diversos níveis de competitividade nos municípios com variáveis de natureza socioeconômica como urbanização, alfabetização e renda per capita, de forma a se descrever os mercados políticos municipais da eleição para a Câmara, a partir desses dados. E para tal, invoca os trabalhos de Lipset (1960) e Przeworski (2000), que associam positivamente as condições de ocorrência e (sustentação) da democracia e elevação do civismo com indicadores de prosperidade, urbanização e desenvolvimento industrial e educacional, inclusive em proporção. De Robert Dahl (1989), Carvalho toma emprestada a ideia do pluralismo modernista como parâmetro de sociedade democrática contemporânea. Tal ideia associa modernidade econômica (renda e desenvolvimento socioeconômico) com maior inclusão, eleições mais competitivas e instituições políticas mais sólidas e estáveis. Logo, sob esses parâmetros, a apropriação política das tecnologias digitais sociais vingará de fato em meio às sociedades mais modernas e desenvolvidas, onde as boas condições econômicas e de infraestrutura se juntariam a um regime democrático sólido e plural, gerando um terreno fértil para que cidadãos vivam participativos e sem carestias materiais.

Carvalho (2003), por fim, trabalha com a diferenciação de cenários de competição eleitoral (para a Câmara, no caso) dentro dos municípios, entre as eleições de 1994 e 1998, e para tal utiliza o Índice de Rae, que calcula o número de candidatos efetivos. Valores baixos em tal índice sugerem concentração de votos em poucos candidatos no município, trazendo à tona os casos de candidatos dominantes; por conseguinte, um índice elevado ilustra cenários de elevada competitividade e baixa dominância. O resultado de sua análise reforça empiricamente a ligação teórica entre democracia e desenvolvimento socioeconômico, ao demonstrar que se verifica maior número de candidatos efetivos na região sudeste do país – ou seja, a região de maior produto interno bruto e maior renda per capita do país apresenta as eleições mais competitivas – ao passo que no nordeste, uma região tradicionalmente conhecida pela pobreza, o padrão do índice é baixo, revelando dominância de poucos candidatos em muitos municípios, a maior percentagem entre todas as regiões.

Importante notar aqui que o esforço de Carvalho (2003) é complementar ao de Ames (2003), acrescentando outros elementos que inferem no comportamento parlamentar, como os padrões diversos de desenvolvimento socioeconômico do eleitorado e as dinâmicas partidárias diversas. Contudo, ambos discutiram padrões de ação parlamentar

mirando os deputados federais, que pleiteiam a representação de um nível particular. Outros autores como Anastasia et al (2009), Melo (2011) e Tomio e Ricci (2010) se debruçam nos padrões de comportamento que caracterizam os membros de algumas Assembléias Legislativas Estaduais pelo Brasil, permitindo compreender certos elementos do comportamento dos deputados estaduais em seus mandatos.

Com um estudo original, o texto de Anastasia et al (2009) introduz discussões sobre as diferenças entre as dinâmicas legislativas das assembléias de doze estados, incluindo Minas Gerais. O foco do texto em questão é na tipologia dos comportamentos que descrevem as relações inerentes às casas legislativas estaduais, e dentre algumas variáveis utilizadas, se destaca a das competições políticas. O produto dos vários testes estatísticos do trabalho é um conjunto de tabelas de dados que permite estabelecer comparações entre as doze Assembléias Legislativas estudadas.

Como introdução à discussão, os autores argumentam, com base nos vários testes, que há muita peculiaridade em cada casa estadual em análise, e no que toca a variável das competições – que possuem como categorias as ‘eleitorais’ e as ‘legislativas’ (da produção de leis durante as legislaturas) de cada assembleia –, a conclusão é de que

“(…) há estados com altos graus de competição eleitoral e legislativa; há casos com baixos graus nos dois índices; e há ainda outros com alto grau de competição eleitoral e baixo grau de competição legislativa. Apesar de as mesmas regras eleitorais valerem para todos eles, os padrões de competição eleitoral e legislativa variam (...).” (ANASTASIA et al, 2009, pp:985)

Na apresentação desse ponto reside uma grande diferença entre os estudos sobre o legislativo federal e os legislativos estaduais: ao passo que o primeiro é compreensível como uma instância que possui um conjunto de características e padrões – uma vez que só existe uma casa para abrigar os deputados federais –, o segundo é uma instância que, contando o Distrito Federal, abriga um grupo de vinte e sete casas legislativas separadas e independentes entre si, com regras, composição e produção próprias. Para os objetivos desse trabalho de, tal discussão traduz basicamente que a Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) possui dinâmicas particulares e que só podem ser entendidas a partir de estudos diretos sobre a casa – e que os padrões das assembléias de outros estados não a representam.

Assim sendo, o estudo de Anastasia et al (2009) operacionaliza dois índices capazes de expressar a dinâmica de competição política em cada uma das assembléias analisadas. Os dois índices levam em conta três dimensões: a) a competição entre os deputados da base do governo estadual e os da oposição (quanto maior a oposição, maior a

competição); b) a confrontação entre esquerda e direita (a competição será tão maior quanto for a polarização das posições ideológicas); e c) o grau de dispersão das forças políticas (quanto mais dispersas forem, mais essas forças traduzirão competição dentro da casa).

Os dois índices construídos para medir a competição política se amparam nessas três dimensões, e o valor do Índice de Competição Eleitoral (ICE) para a ALMG, que retrata a competição a partir dos votos dados (na eleição de 2006), é de 1.38, sendo que o ICE varia de zero a três – respectivamente, da competição mínima à máxima. Minas Gerais alcança um valor próximo à metade do valor máximo possível, o que sugere, portanto, uma realidade de competição eleitoral em patamares medianos. Como exemplos diferentes, para efeito de comparação, estão os casos de Santa Catarina (0.44) e Rio Grande do Sul (2.80), que são respectivamente o menor e o maior valor encontrados no estudo, fazendo crer que no primeiro a competição eleitoral seja ínfima, e no segundo, bastante acirrada.

O outro cálculo feito para ilustrar a competição política é o Índice de Competição Legislativa (ICL), que, também variando de zero a três e tomando como referência as mesmas dimensões, ilustra as disputas internas que ocorrem em cada casa já no decorrer dos mandatos (dados de 2006), e busca retratar a extensão das disputas pela produção e aprovação de leis nas Assembléias Legislativas Estaduais. E novamente o valor encontrado para a ALMG é mediano: 1.52, sendo a assembleia do Rio Grande do Sul também a mais competitiva nesse quesito (2.68) e a do Ceará, a menos (0.32).

Para esse artigo, a ideia da competição interna às casas legislativas estaduais proporcionaria um cenário de incentivo à apropriação de TICs por candidatos e deputados, uma vez que nos cenários de elevada concorrência, seria útil a adoção de uma estratégia da ocupação máxima dos canais de comunicação para o efeito da promoção do candidato ou mesmo para o esforço de uma aproximação maior do deputado com seu eleitor; porém autores como Gomes (2004) apontam que essa ideia não se concretiza. Mesmo assim, a partir dos critérios e do modelo de Anastasia et al (2009) a ALMG seria descrita como um caso de competição política mediana, fazendo sugerir, por aquela lógica, que os deputados estaduais mineiros não tenham adesão tão pesada a essas tecnologias de comunicação.

Outro trabalho a explorar diferentes assembleias estaduais de forma comparativa é o de Melo (2011). Esse estudo utiliza dados de survey coletados em meio a um conjunto de também doze casas legislativas estaduais, e buscou a opinião dos deputados das

assembleias em questão a respeito de vários temas, especialmente os ligados à atividade política e as possibilidades de reformas. O objetivo, contudo, era encontrar o peso da figura dos partidos nas decisões dos deputados através de um índice criado pelo autor, que variando de zero (perfil menos partidário) a três (perfil mais partidário) acaba por descrever o caso mineiro, cujo valor é 1.23 como o de um perfil médio, tendendo a menos partidário.

A figura dos partidos é importante, pois pode representar alguma forma de controle da ação parlamentar individual. Não só as lideranças e direções partidárias podem ser bem sucedidas na imposição de disciplina sobre sua bancada quando das votações para aprovação ou derrubada de projetos de lei – e não faltam estudos para demonstrar que, no Brasil, algumas agremiações são mais coesas que outras nas sessões do plenário – como também na exigência que os seus correligionários adotem certas atitudes e comportamentos que contribuam para a promoção da legenda como um todo diante do eleitorado. Potencialmente, a apropriação de TICs será mais visada por deputados que sejam membros de partidos cujas lideranças tenham maior força de imposição de conduta e que desejem dar um aspecto organizacional mais uniforme e moderno ao partido, podendo até incluir como dever parlamentar prestar mais informação ao público e dialogar com este, em prol da melhora da imagem da legenda em meio aos cidadãos. Essa ideia pode ajudar a entender possíveis valores agregados baixos da apropriação de TICs por parlamentares da ALMG, já que de acordo com Melo (2011), o perfil dos deputados da casa se descreve por relativo desvínculo com os partidos, tendendo a agir com mais autonomia em relação à sua sigla.

Na finalização de seu trabalho, após analisar as doze casas legislativas em agregado, o autor conclui que “(...) onde a interação entre os partidos apresenta padrão mais definido e um papel de maior relevo na competição política, pode-se dizer que os deputados lhe atribuem maior importância. ” (MELO, 2011, pps:67-68). Assim, ao mencionar a importância que as legendas podem ter também para a competição política interna das casas legislativas estaduais, esse autor aponta que a variável partidária pode ter peso muito grande para o entendimento do comportamento parlamentar – e, por conseguinte, da opção pela apropriação dos canais digitais pelos candidatos ou deputados em exercício.

Já Tomio e Ricci (2010) iniciam seu trabalho com uma comparação entre a Câmara e um conjunto de assembleias legislativas estaduais; numa grande linha histórica, que vai do fim dos anos 80 até o ano de 2008, os autores traçam um paralelo entre as duas

instâncias e demonstram que os legisladores estaduais são mais livres que os federais em matéria de dominância legal do executivo. A constatação de que, em conjunto, as casas legislativas estaduais não são tão submetidas ao poder executivo equivalente quanto é a Câmara dos Deputados, impulsionam o estudo desses autores.

Contudo, mais uma vez são encontradas amplas variações entre as Assembléias Legislativas Estaduais, e o comportamento de maior protagonismo legislativo dos parlamentares estaduais pode apresentar maior ou menor grau, quando se comparam casas diferentes. E no caso, um aspecto central para a análise dessa diversidade reside em outra heterogeneidade: cada uma das assembleias dispõe de uma quantidade específica de cadeiras, e para os autores, quanto maior for a composição da casa, mais seus membros produzirão leis (em valores absolutos). Logo, a título de exemplo, São Paulo possui 94 assentos e é expoente dessa capacidade produtiva; por outro lado, o Amapá com suas 24 cadeiras apresenta poucos projetos e é exemplo do extremo oposto da assembleia paulista. Observe-se, porém, que a capacidade produtiva dessas casas não reduz o poder dos governadores, que conseguem aprovar a maior parte das suas propostas legislativas.

Para o caso da ALMG, os autores citam o trabalho de Nunes (2008), que aponta para a tendência dos parlamentares da base governista de seguirem um comportamento mais partidário, com disciplina maior nas votações nominais (TOMIO e RICCI, 2010, pp:13). Logo, tal como Melo (2011), a variável partidária também tem peso considerável para Tomio e Ricci (2010), quando da análise do caso da ALMG, e para esses autores, ser da coalizão governista representa uma tendência maior a assumir um comportamento mais voltado para sua sigla, por parte dos parlamentares. Tal ideia também permite sugerir que os membros da base se sujeitem mais às suas lideranças em outras atividades além das sessões do plenário, e isso pode incluir maior apropriação de TICs.

Outros testes desses autores chegam à conclusão que, aparte as especificidades de cada contexto, os governadores tendem a ter sucesso maior na aprovação de suas propostas legislativas que os próprios deputados; além, o executivo estadual concentra as propostas de leis que regem a normas de gestão e políticas públicas, ao passo que os legisladores estaduais concentram propostas de cunho honorífico, como concessão de títulos e instituição de datas comemorativas, e também de efeito distributivo curto, como reconhecimento de utilidade pública a entidades sociais.

Nas proporções verificadas, Tomio e Ricci (2010) chegam a uma conclusão que os permite comparar certo aspecto do comportamento dos dois níveis legislativos,

constatando que “Comparado à Câmara dos Deputados, o legislador estadual reserva mais espaço para normas de cunho simbólico e localista. ” (TOMIO e RICCI, 2010, pp:23). Acredita-se que o perfil de localismo pode inferir na estratégia comunicativa do parlamentar. Como a proximidade e a identidade deste com seus eleitores tendem a ser elevadas, provavelmente o deputado estadual adote o hábito de ter contato mais recorrente com os cidadãos que ele representa – o que beneficia o uso de canais digitais. Porém, o mesmo vale para outras formas de comunicação, e um membro da ALMG que tenha logrado sucesso no trato com seu eleitorado a partir de comícios, programas de rádio, etc., pode não enxergar no uso de TICs um fator de vantagem real, eventualmente optando por desprezá-las.

Por fim, com os esforços de todos esses autores, não só dos que discutiram as variações do comportamento parlamentar como também dos que anteriormente introduziram conceitos sobre o governo eletrônico e seus desafios, o próximo passo é lançar os dados de apropriação de TICs dos parlamentares das duas casas para que seja possível compará-los e analisa-los à luz dos conhecimentos levantados aqui sobre as temáticas referidas.

4. COMPARAÇÃO DAS DUAS CASAS POR ANÁLISES DE DADOS

Esta seção do trabalho é dedicada à análise dos dados de apropriação de TICs por parte dos parlamentares mineiros nas duas casas, sendo cinquenta e dois mineiros da 54ª legislatura da Câmara, e setenta e sete da 17ª legislatura da ALMG. As versões finais dos dados foram coletadas entre os dias 17/04/13 e 24/07/13, e nesse período não foi possível coletar os dados correspondentes ao que seria o quinquagésimo terceiro deputado federal por MG, uma vez que os canais oficiais da Câmara não identificaram à época o nome do parlamentar ausente na tabela desse estudo. Entre os principais dados a serem utilizados nesse esforço analítico estão alguns no projeto “Interações digitais entre o sistema político e a sociedade civil – Um estudo comparativo entre os parlamentares da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa de Minas Gerais”, coordenado pelo professor Marcus Abílio Pereira, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. A seguir, as tabelas com todos os casos em estudo, antecipada pela legenda.

Tabela 1: Legenda

Variáveis de Presença (1=presente / 0 = ausente)
A = Site Pessoal
B = Blog Pessoal
C = Perfil de Facebook
D = Página de Facebook
E = Twitter
F = Youtube

G = Sexo (0 = homem / 1= mulher)
H = Idade
I = Partido
J= Ideologia de Esquerda
K= Ideologia de Centro
L= Ideologia de Direita
M= Ideologia sem classificação
N = Graduação Superior (1= sim/ 0=não)
O = Soma das presenças em TICs (de 0 a 6)

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 2: Parlamentares da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS - 17ª LEGISLATURA

NOME	Data	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
Adalclever Lopes	17/04/2013	1	0	0	0	1	1	0	47	PMDB	0	1	0	0	0	3
Adelmo Carneiro Leão	17/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	64	PT	1	0	0	0	1	4
Alencar da Silveira Jr	17/04/2013	1	0	1	0	1	1	0	51	PDT	1	0	0	0	1	4
Almir Paraca	17/04/2013	0	1	1	1	1	1	0	51	PT	1	0	0	0	1	5
Ana Maria Resende	19/04/2013	1	0	1	0	1	0	1	68	PSDB	0	1	0	0	1	3
André Quintão	19/04/2013	1	0	1	0	1	1	0	49	PT	1	0	0	0	1	4
Anselmo José Domingos	19/04/2013	1	0	1	0	1	1	0	53	PTC	0	0	1	0	1	4
Antônio Carlos Arantes	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	53	PSC	0	1	0	0	0	5
Antônio Genaro	19/04/2013	0	0	1	0	0	0	0	70	PSC	0	1	0	0	0	1
Antonio Lerin	19/04/2013	1	1	1	0	1	0	0	45	PSB	1	0	0	0	0	4
Arlen Santiago	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	59	PTB	0	0	1	0	1	5
Bonifácio Mourão	19/04/2013	1	0	1	0	1	0	0	73	PSDB	0	1	0	0	1	3
Bosco	19/04/2013	1	0	1	1	0	0	0	47	PTdoB	0	1	0	0	1	3
Braulio Braz	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	65	PTB	0	0	1	0	1	4
Cabo Júlio	19/04/2013	0	1	1	1	1	1	0	43	PMDB	0	1	0	0	1	5
Carlos Henrique	19/04/2013	1	1	0	1	0	1	0	43	PRB	0	1	0	0	0	4
Carlos Mosconi	19/04/2013	1	0	0	0	1	0	0	69	PSDB	0	1	0	0	1	2
Carlos Pimenta	19/04/2013	0	1	0	1	1	1	0	59	PDT	1	0	0	0	1	4
Celinho do Sinttrocel	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	53	PCdoB	1	0	0	0	0	5
Célio Moreira	19/04/2013	1	0	1	0	1	0	0	57	PSDB	0	1	0	0	0	3
Dalmo Ribeiro Silva	19/04/2013	1	0	0	1	1	0	0	64	PSDB	0	1	0	0	1	3
Deiró Marra	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	48	PR	0	0	1	0	1	5
Dilzon Melo	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	69	PTB	0	0	1	0	1	5
Dinis Pinheiro	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	46	PSDB	0	1	0	0	1	4
Doutor Wilson Batista	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	44	PSD	0	0	0	1	1	4
Duarte Bechir	19/04/2013	1	1	1	0	1	1	0	56	PSD	0	0	0	1	1	5
Duílio de Castro	19/04/2013	1	1	1	1	1	1	0	50	PMN	0	1	0	0	1	6
Durval Ângelo	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	55	PT	1	0	0	0	1	5
Elismar Prado	19/04/2013	0	1	1	0	1	1	0	41	PT	1	0	0	0	1	4
Fabiano Tolentino	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	39	PSD	0	0	0	1	1	4

(Continua na próxima página)

(Continuação da Tabela 2)

<i>NOME</i>	<i>Data</i>	<i>A</i>	<i>B</i>	<i>C</i>	<i>D</i>	<i>E</i>	<i>F</i>	<i>G</i>	<i>H</i>	<i>I</i>	<i>J</i>	<i>K</i>	<i>L</i>	<i>M</i>	<i>N</i>	<i>O</i>
Fábio Cherem	19/04/2013	1	0	0	0	1	1	0	45	PSD	0	0	0	1	1	3
Fred Costa	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	36	PEN	0	0	0	1	1	5
Gilberto Abramo	19/04/2013	1	1	1	0	1	0	0	47	PRB	0	1	0	0	0	4
Glaycon Franco	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	46	PRTB	0	0	0	1	1	5
Gustavo Corrêa	19/04/2013	1	1	1	1	1	1	0	38	DEM	0	0	1	0	1	6
Gustavo Perrella	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	30	PDT	1	0	0	0	1	5
Gustavo Valadares	19/04/2013	1	0	1	0	1	0	0	36	PSD	0	0	0	1	1	3
Hélio Gomes	19/04/2013	0	1	1	1	1	1	0	61	PSD	0	0	0	1	0	5
Hely Tarquínio	19/04/2013	0	0	0	0	0	0	0	73	PV	0	1	0	0	1	0
Inácio Franco	19/04/2013	1	0	0	0	0	1	0	60	PV	0	1	0	0	1	2
Ivair Nogueira	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	62	PMDB	0	1	0	0	1	5
Jayro Lessa	19/04/2013	1	0	1	0	1	1	0	67	DEM	0	0	1	0	0	4
João Leite	19/04/2013	1	1	1	1	1	1	0	58	PSDB	0	1	0	0	1	6
João Vítor Xavier	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	31	PEN	0	0	0	1	1	4
José Henrique	19/04/2013	1	1	0	1	1	1	0	57	PMDB	0	1	0	0	1	5
Juarez Távora	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	43	PV	0	1	0	0	1	5
Juninho Araújo	19/04/2013	1	0	1	0	1	0	0	46	PTB	0	0	1	0	1	3
Lafayette de Andrada	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	47	PSDB	0	1	0	0	1	5
Leonardo Moreira	19/04/2013	0	0	0	0	0	1	0	39	PSDB	0	1	0	0	1	1
Leonídio Bouças	19/04/2013	0	1	1	1	1	1	0	52	PMDB	0	1	0	0	1	5
Liza Prado	19/04/2013	1	1	1	1	1	1	1	50	PSB	1	0	0	0	1	6
Luiz Henrique	19/04/2013	0	0	1	0	1	0	0	53	PSDB	0	1	0	0	1	2
Luiz Humberto Carneiro	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	60	PSDB	0	1	0	0	0	4
Luzia Ferreira	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	1	62	PPS	1	0	0	0	1	5
Maria Tereza Lara	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	1	64	PT	1	0	0	0	1	5
Mário Henrique Caixa	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	41	PCdoB	1	0	0	0	1	5
Marques Abreu	19/04/2013	1	0	1	1	1	0	0	40	PTB	0	0	1	0	0	4
Neider Moreira	19/04/2013	1	0	1	0	1	1	0	48	PSD	0	0	0	1	1	4
Neillando Pimenta	19/04/2013	1	1	0	1	1	1	0	46	PHS	0	1	0	0	1	5
Paulo Guedes	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	43	PT	1	0	0	0	0	4
Paulo Lamac	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	41	PT	1	0	0	0	1	5
Pinduca Ferreira	19/04/2013	0	0	0	0	0	0	0	61	PP	0	0	1	0	0	0
Pompílio Canavez	19/04/2013	1	1	1	1	1	1	0	58	PT	1	0	0	0	0	6
Rogério Corrêa	19/04/2013	1	0	1	1	1	1	0	55	PT	1	0	0	0	1	5
Romei Anizio	19/04/2013	0	0	0	0	1	0	0	67	PP	0	0	1	0	0	1
Rômulo Veneroso	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	55	PV	0	1	0	0	1	4
Rômulo Viegas	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	59	PSDB	0	1	0	0	1	4
Rosângela Reis	19/04/2013	1	0	0	1	0	1	1	50	PV	0	1	0	0	1	3
Sargento Rodrigues	19/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	49	PDT	1	0	0	0	1	4
Sávio Souza Cruz	19/04/2013	1	0	1	0	1	1	0	56	PMDB	0	1	0	0	1	4
Sebastião Costa	19/04/2013	0	0	0	0	0	0	0	64	PPS	1	0	0	0	1	0
Tadeu Martins Leite	19/04/2013	1	1	1	1	1	1	0	27	PMDB	0	1	0	0	0	6
Tenente Lúcio	19/04/2013	1	0	0	0	1	1	0	53	PDT	1	0	0	0	1	3
Tiago Ulisses	19/04/2013	0	0	0	1	0	0	0	40	PV	0	1	0	0	1	1
Ulysses Gomes	22/04/2013	1	0	1	1	0	1	0	36	PT	1	0	0	0	1	4
Vanderlei Miranda	22/04/2013	1	1	1	0	1	1	0	61	PMDB	0	1	0	0	0	5
Zé Maia	22/04/2013	1	0	1	0	1	1	0	50	PSDB	0	1	0	0	1	4
TOTAIS		63	19	49	48	66	59	5	51,870		22	34	11	10	59	3,948

Fonte: Elaboração Própria

Tabela 3: Os parlamentares mineiros da Câmara Federal

DEPUTADOS DE MINAS GERAIS NA CÂMARA - 54ª LEGISLATURA

NOME	Data	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
ADEMIR CAMILO	22/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	49	PSD	0	0	0	1	1	4
AELTON FREITAS	22/04/2013	1	1	1	1	1	1	0	52	PR	0	0	1	0	1	6
ANTONIO ROBERTO	23/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	71	PV	0	1	0	0	1	4
ARACELY DE PAULA	23/04/2013	0	1	1	0	0	0	0	72	PR	0	0	1	0	1	2
BERNARDO SANTANA DE VASCONCELLOS	24/04/2013	1	0	1	0	1	1	0	38	PR	0	0	1	0	0	4
BONIFACIO DE ANDRADA	24/04/2013	1	1	1	1	1	1	0	83	PSDB	0	1	0	0	1	6
DIEGO ANDRADE	25/04/2013	1	1	0	0	1	1	0	36	PSD	0	0	0	1	1	4
DIMAS FABIANO	25/04/2013	0	0	0	1	1	0	0	40	PP	0	0	1	0	1	2
DOMINGOS SÁVIO	25/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	56	PSDB	0	1	0	0	1	4
DR. GRILO	25/04/2013	0	0	0	1	0	0	0	41	PSL	0	1	0	0	1	1
EDUARDO AZEREDO	25/04/2013	1	1	0	1	1	1	0	65	PSDB	0	1	0	0	1	5
EDUARDO BARBOSA	25/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	55	PSDB	0	1	0	0	1	4
FABIO RAMALHO	29/04/2013	0	0	1	1	1	1	0	52	PV	0	1	0	0	0	4
GABRIEL GUIMARÃES	29/04/2013	1	0	0	1	1	1	0	30	PT	1	0	0	0	1	4
GEORGE HILTON	29/04/2013	1	1	1	1	1	1	0	42	PRB	0	1	0	0	1	6
GERALDO THADEU	29/04/2013	1	0	1	0	1	1	0	68	PSD	0	0	0	1	1	4
HUMBERTO SOUTO	29/04/2013	0	0	0	1	1	1	0	79	PPS	1	0	0	0	1	3
ISAIAS SILVESTRE	10/05/2013	0	0	1	0	0	0	0	65	PSB	1	0	0	0	0	1
JAIME MARTINS	10/05/2013	1	0	0	1	1	1	0	60	PR	0	0	1	0	1	4
JAIRO ATAIDE	10/05/2013	1	0	0	1	0	0	0	69	DEM	0	0	1	0	1	2
JÔ MORAES	13/05/2013	1	0	1	1	1	1	1	67	PCdoB	1	0	0	0	1	5
JOÃO BITTAR	13/05/2013	1	0	1	1	1	0	0	50	DEM	0	0	1	0	0	4
JOÃO MAGALHÃES	13/05/2013	0	0	0	0	1	0	0	53	PMDB	0	1	0	0	0	1
JOSÉ HUMBERTO	14/05/2013	1	0	1	1	1	1	0	53	PHS	0	1	0	0	1	5
JULIO DELGADO	14/05/2013	1	0	1	0	1	1	0	47	PSB	1	0	0	0	1	4
LAEL VARELLA	14/05/2013	1	0	0	1	1	1	0	64	DEM	0	0	1	0	0	4
LEONARDO MONTEIRO	15/05/2013	1	0	0	1	1	1	0	62	PT	1	0	0	0	1	4
LEONARDO QUINTAO	16/05/2013	1	1	0	1	1	1	0	38	PMDB	0	1	0	0	1	5
LINCOLN PORTELA	16/05/2013	1	1	1	1	1	1	0	60	PR	0	0	1	0	1	6
LUIS TIBE	20/05/2013	1	0	1	1	1	1	0	42	PTdoB	0	1	0	0	0	5
LUIZ FERNANDO FARIA	21/05/2013	1	1	1	0	1	1	0	56	PP	0	0	1	0	1	5
MARCOS MONTES	10/06/2013	1	0	0	1	1	1	0	64	PSD	0	0	0	1	1	4
MARCUS PESTANA	10/06/2013	1	1	0	1	1	1	0	53	PSDB	0	1	0	0	1	5
MARGARIDA SALOMAO	10/06/2013	0	0	0	1	1	1	1	63	PT	1	0	0	0	1	3
MÁRIO HERINGER	11/06/2013	1	1	1	1	1	1	0	59	PDT	1	0	0	0	1	6
MAURO LOPES	11/06/2013	0	0	0	0	1	0	0	77	PMDB	0	1	0	0	1	1
MIGUEL CORRÉA	12/06/2013	1	1	1	1	1	1	0	35	PT	1	0	0	0	1	6
NEWTON CARDOSO	13/06/2013	0	0	1	1	0	1	0	75	PMDB	0	1	0	0	1	3
NILMARIO MIRANDA	02/07/2013	0	1	0	1	1	1	0	66	PT	1	0	0	0	1	4
ODAIR CUNHA	03/07/2013	1	0	1	1	1	1	0	37	PT	1	0	0	0	1	5
PADRE JOAO	05/07/2013	1	1	1	1	1	1	0	46	PT	1	0	0	0	1	6
PAULO ABI-ACKEL	09/07/2013	1	1	1	1	1	1	0	50	PSDB	1	0	0	0	1	6
REGINALDO LOPES	22/05/2013	1	0	1	1	1	1	0	40	PT	1	0	0	0	1	5
RENATO ANDRADE	22/05/2013	1	0	0	1	1	1	0	42	PP	0	0	1	0	0	4
RENZO BRAZ	22/05/2013	1	1	0	1	1	1	0	33	PP	0	0	1	0	1	5
RODRIGO DE CASTRO	23/05/2013	1	0	0	1	1	1	0	42	PSDB	0	1	0	0	1	4
SARAIVA FELIPE	27/05/2013	1	0	1	0	1	1	0	61	PMDB	0	1	0	0	1	4
SILAS BRASILEIRO	28/05/2013	1	0	1	1	1	1	0	60	PMDB	0	1	0	0	1	5
TONINHO PINHEIRO	29/05/2013	0	1	1	1	0	1	0	53	PP	0	0	1	0	0	4
VITOR PENIDO	04/06/2013	1	0	1	1	1	1	0	71	DEM	0	0	1	0	1	5
WALTER TOSTA	05/06/2013	1	0	1	0	0	1	0	55	PSD	0	0	0	1	0	3
WELITON PRADO	24/07/2013	1	1	1	1	1	1	0	38	PT	1	0	0	0	1	6
TOTAIS		40	18	28	41	45	44	2	54,519		14	19	14	5	42	4,154

Fonte: Elaboração Própria

O primeiro conjunto de dados a se observar é a média de presença nos seis canais

digitais: para a ALMG, média de 3.948; para os federais mineiros, 4.154. Os valores apresentados para a variável presença média sugerem um cenário que propõem a negativa da hipótese formulada no capítulo anterior deste trabalho, junto às discussões do trabalho de Tomio e Ricci (2010), em que foi proposto que deputados estaduais seriam mais localistas e teriam mais proximidade e identidade com seu eleitorado, além e por isso usariam mais as TICs que os federais. No lugar disso, a explicação proposta do caráter localista como incentivo à apropriação dos canais digitais por parte dos parlamentares da Câmara, próximo às discussões do pensamento de Carvalho (2003), pode ser mais plausível do que a que propõe que o localismo dos estaduais determinaria uma maior presença nas TICs por parte destes.

Outra variável interessante para o estudo é a idade. É possível propor que os parlamentares mais velhos usem menos as ferramentas baseadas na Internet, uma vez que já tenham se acostumado mais com as estratégias comunicativas tradicionais ao longo de sua carreira. Além, pode-se presumir também que parlamentares mais velhos tendam a ter carreira mais consolidada e um eleitorado garantido e fiel, com incentivos para agir com mais autonomia em relação aos cidadãos, tal como no perfil proposto por Ames (2003), sem se preocupar com *accountability*, deliberação, ou qualquer atividade política que possa ser potencializada pelos canais sociais.

Porém, a lógica aqui parece se contrariar ao proposto acima. A média de idade entre os parlamentares: aproximadamente 51.9 anos para os deputados da ALMG, e 54.5 para os federais. Os respectivos valores de idade máxima e mínima são de 83 e 30 anos para os da Câmara, e 73 e 27 para a assembleia. Com desvio-padrão de 10.469 na casa estadual e de 13.094 na federal, percebe-se também que a variação maior de idades está entre os federais.

Tomando por base as médias de idade das duas casas, bancada mineira da Câmara, mais ‘velha’, está mais presente nas redes sociais que a ALMG. Se a expectativa de que os políticos mais jovens teriam mais adesão às TICs foi quebrada, podem-se oferecer duas explicações diferentes para a análise, mas excluindo o fator etário.

Primeiro, os parlamentares da Câmara dispõem de verba de gabinete mais alta do que os estaduais da ALMG e podem, portanto, contratar mais assessores e equipes de relações públicas que mantenham e assumam as conversações dos deputados nos canais sociais, o que permite que tais parlamentares acabem se fazendo mais presentes nas TICs que os do nível estadual. Segundo, a lógica da carreira consolidada com ação parlamentar mais autônoma pode funcionar contrariamente ao proposto anterior:

justamente por dispor de uma imagem já construída, os esforços para a manutenção desta justificam a ocupação dos diversos espaços de comunicação, especialmente se levada em conta os cenários de competitividade inerentes tanto às campanhas quanto ao processo de produção legislativa, na linha dos estudos propostos por Tomio e Ricci (2010).

Outra observação interessante para este trabalho é que dentre os 77 parlamentares da ALMG estudados, apenas 5 são mulheres, ao passo que em meio aos 52 federais mineiros estudados, há apenas 2. Embora essa constatação não faça referência tão direta ao uso de TICs, revela algo largamente debatido e teorizado na ciência política, que é a ‘masculinidade’ da atividade política – em ambos os casos, a participação feminina é de menos de 10%. Implicações para as TICs podem ser sugeridas. Aparentemente mulheres tem uma eleição mais difícil que os homens, e por isso encontrariam incentivos ao uso de TICs para a própria promoção, tanto na campanha quanto no mandato. Ainda que com raros casos de deputadas nesse estudo, pouco significantes em número para um estudo estatístico descritivo, há um achado de tendência contrária de números maiores na Câmara que na Assembleia, e das seis tecnologias estudadas, a média de presença das mulheres da ALMG é de 4.4, enquanto as da Câmara tem média de 4.0, valores relevantes de apropriação: as 7 parlamentares mineiras dessa análise estão presentes em pelo menos dois terços das TICs desse trabalho, quando analisadas em conjunto.

O quesito do ensino superior também pode ser analisado. Políticos com graduação superior provavelmente acessem mais à internet, principalmente porque também provavelmente tenham background familiar e poder aquisitivo que os permita usar computadores cotidianamente – uma vez que o título superior permanece algo elitista no Brasil. Além, a vida universitária no geral demanda conhecimentos de informática, garantindo uma experiência de incentivo pessoal à apropriação.

No caso dos 78 da ALMG, 59 parlamentares possuem o diploma de ensino superior, com média de presença de 4 redes sociais; enquanto isso os 18 deputados que não se graduaram, possuem média de 3.778 no quesito presença. Já para os 42 graduados da Câmara, a média de presença é de 4.333, ao passo que os dez deputados que não dispõem do diploma de ensino superior, tem apenas 3.4 de média. Em ambos os casos, os graduados se apropriam mais das TICs, corroborando com a hipótese formulada, ainda que nos federais a diferença seja visivelmente maior entre os de nível superior e os não-graduados, quando em comparação com a ALMG.

Seguindo o que foi proposto por Carvalho (2003) e Melo (2011), dentre outros que

habilitam a variável partidária na análise do comportamento parlamentar, esse estudo relacionará a presença nos canais sociais com a orientação ideológica dos partidos dos parlamentares das duas casas. Para a definição de que lado está cada partido, toma-se emprestado as classificações do projeto “Representação Política e Qualidade da Democracia – um estudo das elites parlamentares da América Latina”, do Centro de Estudos Legislativos (CEL) do Departamento de Ciência Política da UFMG; e para a formulação de uma hipótese de comparação, toma-se emprestado o trabalho de Mainwaring (1999), que presume que entre partidos de esquerda, as lideranças sejam mais ativas e exigentes, em posição de cobrar de seus correligionários um conjunto de atitudes que beneficiem a imagem do partido. Fora isso, o caráter da esquerda em princípio é inerentemente revolucionário e alternativo, necessitando de espaços de discurso, debate e conscientização dos cidadãos, atividades para as quais as tecnologias de comunicação são formidáveis.

Na análise dos partidos nas duas casas, considera-se quatro categorias: Esquerda, Centro, Direita e Sem Classificação (para o caso dos partidos que surgiram após o estudo do CEL tomado como referência). Dentre os 22 parlamentares de esquerda na ALMG, a média de presença é de 4.363; já dentre os 34 de centro o valor médio é de 3.676, os 11 de direita têm valor médio de 3.727, e os 10 parlamentares de partidos não classificados tem o valor de 4.2 de média. Em meio aos mineiros da Câmara, os 14 de esquerda têm como média 4.429, os 19 centristas apresentam 4.105, os 14 da direita tem por média 4.071, e os 5 de legendas não classificadas tem valor de 3.8. Nos dois casos se verifica que as médias dos partidos de esquerda são mais altas que os demais, e que à exceção dos não classificados, os parlamentares da Câmara superam em média de presença os de mesma ideologia na ALMG, reforçando que a presença dos federais supera a dos estaduais nas análises de basicamente todas as variáveis estudadas, exceto a feita entre o sexo feminino.

Por fim, o último conjunto de análises desse trabalho: o de apropriação de cada um dos seis canais digitais selecionados. A análise de cada um permitirá inclusive formar uma ideia de quais seriam as TICs que cada casa mais investe.

O site pessoal é uma das formas mais antigas e tradicionais de comunicação online, ao lado do contato por e-mail. Legado de uma geração mais antiga da Internet, ele permanece uma das principais referências e meios de comunicação que empresas ou indivíduos que queiram se promover na atualidade podem se apropriar.

E dentre os parlamentares mineiros, aproximadamente 82% dos estaduais e 77% dos

federais dispõem de um site próprio (estão excluídas aqui as páginas que os mesmos possuem nos sites institucionais das casas legislativas e partidos). Fugindo à lógica das outras análises, nessa a vantagem comparativa fica com os estaduais; no entanto é possível explicar. Embora possam variar nos formatos e funções, os sites dificultam diálogos mais diretos entre os parlamentares e os cidadãos; logo, para quem busca se aproximar do eleitorado com mais efetividade, as redes sociais podem muito bem substituir ou mesmo dispensar o uso de sites.

Na segunda variável de TICs, foi estudada a presença nos blogs. Simples de criar e usar e usualmente gratuitos, os blogs foram bastante populares algum tempo atrás e deixaram mais direta e rápida a comunicação online, se tornando ‘obsoletos’ com o advento da Web 2.0 e suas infinitas redes sociais. Aproximadamente 25% dos deputados da ALMG possuem pelo menos um blog, ao passo que na Câmara a presença é de cerca de 35%. Estas constatações podem mostrar duas coisas: os deputados federais, por serem mais velhos na média, podem ter acabado adotando e mantendo uma plataforma de comunicação que é preterida hoje pelos mais jovens; além, os blogs são ferramentas comunicativas mais diretas que os sites, e como os deputados da ALMG não apostam tanto em TICs quanto os da Câmara, acabam deixando de se interessar por canais digitais mais sofisticados que o site pessoal.

Quanto ao uso de Facebook, os dados são curiosos. Cerca de 64% dos deputados da ALMG dispõem de ao menos um perfil, ao passo que na Câmara o valor é de mais ou menos 54%; por outro lado, quase 80% dos deputados federais mineiros possuem página, enquanto os estaduais apresentam o valor de 62%. Nesse caso, embora pareça um paradoxo, é compreensível o constatado: páginas do Facebook são muito mais eficientes do que os perfis para promoção e publicidade, com a vantagem de que podem abrigar conversas e mesmo deliberação entre o moderador e os outros usuários. Habitando o mesmo ‘espaço’ que os perfis, a ferramenta das páginas pode ser incrementada para que tenha sua visualização expandida, o que pode inclusive ser um serviço pago – mais pessoas atingidas pela propaganda; e ao contrário do perfil, não há restrição do volume de contatos. Portanto, páginas são as mais eficientes para a publicidade no Facebook, e os deputados federais conseguem se aproveitar melhor das possibilidades dessa rede social que os estaduais.

O Twitter, rede popular em meio às polêmicas lançadas pela mídia, é apropriada de forma bastante similar entre os parlamentares das duas casas: cerca de 86% entre os da ALMG, e 87% entre os da Câmara. Por ser uma ferramenta com desenho simples e

própria para a postagem de conteúdos curtos – os famosos ‘140 caracteres’ – o Twitter é utilizado mesmo dentro de sessões do plenário, permitindo que virtualmente os seguidores do parlamentar usuário acompanhem ‘ao vivo’ o debate entre os legisladores. Estrategicamente, os parlamentares dos dois níveis se apropriam do Twitter basicamente na mesma proporção.

Finalmente, a última das redes sociais desse trabalho possui uma peculiaridade, que é o foco claro nos conteúdos baseados em vídeos. Diferente das outras, que se baseiam especialmente em mensagens de texto e partilha de links, o YouTube tem grande adesão nas duas casas. Como o apelo do conteúdo audiovisual é muito elevado, a aposta numa ferramenta como essa tende a ser frutífera para quem demande promoção ou se comunicar com impacto nos espectadores – daí a utilidade desta TIC, principalmente para quem estiver em campanha. Apesar de que tanto os mineiros da Câmara quanto da Assembléia façam uso em peso do YouTube, novamente a vantagem vai para os federais: 85% a 77%. Dentre vários fatores, pode-se apontar que a diferença de verba de gabinete entre os dois níveis faz com que o deputado federal disponha de mais recursos para contratar equipes profissionais e produzir vídeos mais elaborados, fazendo uso mais eficiente dessa rede social.

Assim, as análises aqui feitas demonstram que entre os deputados mineiros da Câmara e da ALMG, os federais se sobressaem em praticamente todos os quesitos relacionados à apropriação de TICs, o que leva a crer que variáveis como tempo de carreira na política e verba de gabinete, provavelmente maiores em média entre os federais, sejam fatores decisivos para a escolha por apropriação dos canais digitais.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho se debruçou sobre a análise dos dados de apropriação de TICs por parte dos deputados mineiros do nível federal e estadual. Os achados apontam que, no geral, deputados da Câmara fazem uso maior dessas tecnologias do que os da ALMG.

Parte das ideias traçadas ao longo das discussões teóricas acabou por se confirmar, e outra parte, não. Com o apoio de teóricos do governo eletrônico, foi revelado que o legislativo do nível nacional está mais próximo da construção de uma genuína democracia eletrônica do que o do subnacional; com a literatura que discute os desafios, ficam claras as manifestações de efeitos sobre a omissão quanto às TICs; e com os autores do comportamento parlamentar, foi possível antecipar algumas hipóteses que colaboraram para a diferenciação analítica da apropriação nas duas casas.

Desafios continuam se fazendo presentes, e os parlamentares mais próximos dos cidadãos mineiros não dão sinais de investir nas TICs para a expansão da representação e da política do nível local, pelo menos não no patamar dos federais, que estão mais distantes e que não restringem seus comportamentos legislativos aos assuntos estaduais. Contudo, há uma infinidade de outras variáveis que podem e devem ser discutidas para uma melhor compreensão dos fenômenos aqui discutidos, como as observadas em Ames (2003); aliás, ao que se propôs, este trabalho buscou ilustrar com recortes muito específicos, que precisam ser expandidos e replicados em esforços intelectuais vindouros.

Logo, concluo meu trabalho refletindo sobre o futuro. Para a superação de vários entraves na relação entre cidadãos e políticos, é necessário que um novo padrão de comunicação impere. E para isto, é fundamental que as classes políticas locais, mais próximas do cidadão, se esforcem para que as transformações sejam sólidas e um novo amanhã chegue logo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 2003

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. (Sobre a verba de gabinete parlamentar na ALMG).

www.almg.gov.br/acompanhe/prestacao_contas/index.html?aba=js_tabRemuneracao

BIMBER, B.; STHOL, C.; FLANAGIN. Technological change and the shifting nature of political organization. In: CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip, N. **Routledge Handbook of internet politics**. Londres: Routledge. 2009

BOURGON, Jocelyne. Finalidade pública, autoridade governamental e poder coletivo. **Texto da Conferência XIV Congresso do CLAD**. Salvador. 2010.

CÂMARA DOS DEPUTADOS FEDERAIS. (Sobre o projeto de lei 2126/2011):

<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=517255>

_____. Sobre a verba de gabinete dos deputados da Câmara

www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/verba-de-gabinete

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Revan. 2003.

CASTRO, Mônica Mata Machado de; ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe.

- Determinantes do Comportamento Particularista dos Legisladores Estaduais Brasileiros.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n4/v52n4a05.pdf>. 2009
CENTRO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS (DCP-UFMG). **Projeto: Representação Política e Qualidade da Democracia – um estudo das elites parlamentares da América Latina.** Belo Horizonte: UFMG. 2011
- CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip, N. **Routledge Handbook of internet politics.** Londres: Routledge. 2006
- COMITÊ GESTOR DA INTERNET. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: 2005 – 2009.** São Paulo: 2010.
- COLEMAN, S. New mediation and direct representation: reconceptualizing representation in the digital age. In **New Media and Society.** No.7: 177. 2005.
- COLEMAN, S. & BLUMLER, J.G. **The internet and democratic citizenship – theory, practice and policy.** Cambridge: Cambridge University Press. 2009.
- DAHL, Robert A. **Democracy and its Critics.** New Haven: Yale University Press. 1989.
- FIGUEIREDO, A.C.; LIMONGI, F. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. In **Revista Dados,** Vol.38, No.3. 1995
- GLENWRIGHT, Jerry. **Fique por dentro da internet.** São Paulo: Cosac & Naify. 2001.
- GOMES, Wilson. Democracia digital: que democracia? In BIROLI, Flávia. **Mídia, representação e democracia.** São Paulo: Hucitec. 2010.
- _____. **Transformações da política na era da comunicação de massa.** São Paulo: Ed. Paulus. 2004a.
- INSTITUTO MEDIALOGUE DIGITAL. **Político 2.0: Deputados e Senadores.** Pesquisa publicada pelo. 2011. Disponível em www.medialogue.com.br
- JOHNSON, T.; ZHANG, W.; BICHARD, S.; SELTZER, T. United we stand? Online social network sites and civic engagement. In PAPACHARISSI, Z. **Identity, community, and culture on social network sites.** Londres: Routledge. 2011
- KARLSSON, M. Interactivity as a strategy for political representation – a conceptual discussion and empirical illustrations among political bloggers. Paper apresentado em **Conferência do IPSA/ECPR na Universidade de São Paulo.** 2011.
- LADERCHI, Caterina Ruggeri; SAITH, Ruhi; STEWART, Frances. **Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches.** Universidade de Oxford, Working Paper #107. 2003.
- LIPSET, S.M. **Political Man: The Social Basis of Politics.** New York: Doubleday. 1960.
- MAINWARING, Scott. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of**

Democratization: The Case of Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1999.

MELO, Carlos Ranulfo. Individualismo e Partidarismo em Doze Estados Brasileiros. In **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol.26, No.75. 2011

MIOLA, Edna. Iniciativas institucionais de deliberação online: um estudo do fórum de discussão do portal da Câmara dos Deputados. In MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson, MARQUES, Francisco. **Internet e participação política no Brasil**. Ed. Sulina.

NORRIS, Pippa. **Digital Divide : Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide**. Cambridge University Press. 2001. Versão Online: <http://www.hks.harvard.edu/fs/pnorris/Books/Digital%20Divide.htm>

NORTON, P. Four models of political representation: British MPs and the use of ICT. In **The Journal of Legislative Studies**, Vol.13, No.3. 2007

NUNES, F. Convergência Partidária e base parlamentar: o comportamento dos partidos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais entre 1995 e 2005. In **Cadernos da Escola do Legislativo**, Vol.10, No.15. 2008

PEREIRA, Marcus Abílio. **Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital**. 2011

_____. O que a internet tem a ver com as promessas não cumpridas da democracia? Texto apresentado no **8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**. Gramado: 2012.

PRZEWORKSKI, Adam et alii. **Democracy and Development: Political Institutions and Well-Being in the World, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press. 2000.

REIS, Fábio Wanderley. Dilemas da democracia no Brasil. In AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio. **Sistema político brasileiro: Uma introdução**. São Paulo: Ed. Unesp. 2004.

_____. Transformações de grande alcance. In **Jornal de Resenhas**, No.8, Março de 2010.

SAMPAIO, Rafael; MAIA, Rousiley, MARQUES, Francisco. Participação e Deliberação na Internet: Um estudo de caso do Orçamento Participativo Digital de Belo Horizonte. In **Revista Opinião Pública**, Vol.16, No. 2. Campinas, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v16n2/a07v16n2.pdf>

SANTOS, Fabiano. Instituições Eleitorais e Desempenho do Presidencialismo no Brasil. In **Revista Dados**, Vol.42, No.1. 1999.

SERASA EXPERIAN. **Facebook e YouTube lideram ranking das top 10 redes sociais**

mais acessadas em julho no Brasil, de acordo com dados da Hitwise. Serasa Experian.

Matéria de 27/08/13:

http://www.serasaexperian.com.br/release/noticias/2013/noticia_01319.htm

SILVA, Silvado Pereira da. Graus de participação democrática no uso da Internet pelos governos das capitais brasileiras. In **Revista Opinião Pública**, Vol. XI, No.2. Campinas: UNICAMP / CESOP. 2005

_____. Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. In MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson, MARQUES, Francisco. **Internet e participação política no Brasil**. Ed. Sulina. 2011.

TOMIO, F.R.; RICCI, P. Instituições e decisões: estudo comparativo do processo legislativo nas Assembléias Estaduais. Texto apresentado no **7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política: AT06 – Instituições Políticas**. Recife. 2010.

ZITTEL, Thomas. **Political representation and the internet: wither responsible party government?** Disponível em: www.apsanet.org/~lss/newsletter/jan03/zittel.htm 2003